



Intervivência em áreas de assentamento rural – Uma incursão teórica a partir da abordagem do capital social

Denes Dantas Vieira¹

Universidade Federal do Vale do São Francisco

Dene.vieira@univasf.edu.br

Nas últimas décadas temos identificado inúmeros estudos, que tentam sistematizar experiências de ação coletiva em comunidades sobre os efeitos produzidos pela desigualdade social no Brasil e no mundo. Na esteira dessa discussão as áreas rurais, a exemplo do nordeste do Brasil, são espaços férteis para análises de projetos e programas que visam minimizar a vulnerabilidade social de suas populações.

Nesse contexto, percebemos a iniciativa da academia de, por um lado, avaliar experiências bem sucedidas, através de ações propostas e executadas por instituições internas e externas as comunidades rurais. Pesquisas são realizadas, alocado recursos e disponibilizado os esforços de professores e alunos em intermináveis coletas e análises de dados. Por outro lado, a academia também tem, ela mesma, através de seus projetos de extensão, oportunizado à sociedade os resultados de suas pesquisas, compartilhado e executado métodos e técnicas de como intervir em questões sociais.

Com o incremento de tecnologias sociais, em muitos casos em parceria com grupos da sociedade, a universidade tem construído processos de intervivência. Há uma idéia de possibilitar a construção e mobilização de recursos simbólicos (confiança, reciprocidade, solidariedade, cooperação) e dessa forma “empoderar” os sujeitos sociais, com a pretensão de alavancar o desenvolvimento local e a sustentabilidade de comunidades historicamente excluídas das benesses de um modelo de desenvolvimento, que as marginalizou.

Com o objetivo de contribuir com o arcabouço teórico das ações de intervivência, realizados através de projetos de extensão em comunidades rurais, o

¹ Denes Dantas Vieira é Graduado, Mestre e Doutorando pelo programa de Pós Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN. Atualmente é professor assistente do Colegiado de Ciências Sociais da Universidade Federal do Vale do Francisco/ UNIVASF.



presente trabalho visa identificar e analisar algumas categorias conceituais: capital social, identidade rural e campesinato, como forma de colaborar com essas iniciativas de intervenção. Apesar das acentuadas críticas oriundas de agentes internos e externo a academia, quase sempre sobre a acusação de serem abordagens imprecisas, os conceitos que sistematizamos, em nosso texto, são de fundamental importância para o debate e a pretensa aplicabilidade das novas tecnologias sociais em comunidades rurais.

Nossa curiosidade e disposição, nasceu a partir da iniciativa, projeto que integra ensino, pesquisa e extensão, do Núcleo Temático Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal do Vale do São Francisco/ UNIVASF. Tal projeto tem sido desenvolvido no Assentamento de Reforma Agrária Mandacaru, com 70 (setenta) famílias e, aproximadamente, trezentas pessoas, localizado na zona rural do município de Petrolina no Estado de Pernambuco.

A análise da realidade rural deve ser fundada na compreensão das trajetórias de vida dos atores envolvidos; seus discursos compartilhados, e suas identidades construídas coletivamente em um percurso, muitas vezes, fruto da afirmação de seus direitos, através, de uma luta constante para assegurar sua reprodução social. A partir da participação dos atores sociais envolvidos em ação coletiva e dos processos que delas resultam, entendemos que revelam, muito de como, as iniciativas de intervenção são capazes de construir e mobilizar recursos simbólicos que se transformam em ganhos as comunidades.

Consideramos em nossa análise que o ambiente e o arranjo institucional, a exemplo do que se processa nas áreas de assentamento rural, são fundamentais para o sucesso das iniciativas de intervenção no sentido de melhor identificar que aportes teóricos podem maximizar os resultados dos projetos de extensão.

As iniciativas de intervenção promovidas pela universidade possibilitam troca de experiência com comunidades tradicionais e oportuniza uma reavaliação das pesquisas desenvolvidas e de abordagens teóricas adotadas. De forma dialética as comunidades assentadas têm acesso ao conhecimento produzido pela academia, muitas vezes inacessível, o que possibilita um maior empoderamento de seu papel na comunidade.



Ação coletiva e capital social: do que falamos ?

A participação social vem atraindo atenção de todos, principalmente, nos momentos finais do século XX, como pauta de exaustivas discussões nos grupos da sociedade e nos meios acadêmicos. É quase unânime o reconhecimento da utilidade da participação como grande diferencial para o desenvolvimento de regiões e territórios, e, para o sucesso da execução de políticas públicas.

O argumento mais usado por pesquisadores e estudiosos, sobretudo, entre os que trabalham com o conceito de capital social, é de que sociedades que possam ter ampliada o seu poder de ação coletiva consigam otimizar o uso de recursos simbólicos, sócio-econômicos e humanos disponíveis e possam com isso fortalecerem as redes sociais informais na construção de relações de sociabilidade.

Com as crises ocorridas na estrutura do Estado, e a conseqüente desconfiança de seus integrantes, a sociedade civil organizada, enquanto ator social vem assumindo inúmeras funções e responsabilidades antes distantes de sua alçada. Grupos, populações e comunidades recorrem à ação coletiva para lidarem com um novo cenário: o discurso da participação, através da ação coletiva, é o chamariz de uma nova sinergia.

Compreender o que ocasiona o sucesso, o fracasso ou a estagnação das iniciativas de ação coletiva é importante para reavaliarmos os projetos em curso. Combater a pobreza, possibilitar o empoderamento dos sujeitos sociais nas áreas rurais, assegurando a eficácia e eficiência dos recursos disponíveis é apostar em um desenvolvimento rural incluyente e sustentável, Ramirez e Berdegué, 2002².

Há uma necessidade intrínseca de superarmos a idéia de ação coletiva arraigada a uma concepção de comunidade, centrada em uma visão utópica rural-indígena. Galliano, recuperando Ferdinand Tönnies, afirma:

segundo Tönnies é nas comunidades onde predominam as relações comunitárias, ou seja, na comunidade as pessoas se encontram unidas por laços naturais e espontâneos, bem como por objetivos comuns que transcenderiam os interesses particulares de cada um. (1986, p. 54).

² Eduardo Ramirez e Julio Berdegué escrevem a síntese da conferência sobre experiências de ação coletiva em comunidades rurais na América Latina, realizada pelo Fundo Mink'a de Chorvali em 2002.



A visão de Tönnies é bastante criticada, pelo fato dele sustentar e defender uma concepção de comunidade baseada em uma espécie de “*reino da perfeita solidariedade*” em contraste com a *sociedade urbana* que viria a ser para ele o “*reino da competição e do individualismo*”. A idéia de ação coletiva, imbricada a esse conceito de comunidade nostálgica, está cada vez mais distante da realidade e dos processos de desenvolvimento almejado pelas comunidades mais vulneráveis socialmente.

Reconhecer as diferenças é um pressuposto singular a esse debate. As diferenças e os projetos individuais não são contraditórios com as ações coletivas que buscam melhorar qualidade de vida das comunidades rurais, pelo contrário as diferenças são importantes e potencializadoras para os processos criativos e reconhecimento dos limites e possibilidades das ações planejadas.

Sobre a compreensão da aplicação do conceito de comunidade, partimos do pressuposto de que é, por excelência, na comunidade onde se desenvolvem ações coletivas, e onde se constituem identidades e laços de reciprocidade, e objetivam-se interesses individuais e comuns a aqueles, que constituem a ação coletiva.

As transformações no campo, e em particular na esfera daquilo que é comunitário, trouxeram consigo profundas mudanças culturais para as sociedades rurais. O desenvolvimento rural sugere proposições novas para resolução de problemáticas que pertencem á esfera do que é público.

Na realidade rural, identificamos mudanças significativas na forma de produzir e de comercialização, em uma logística que assegure a execução de toda a cadeia produtiva, sendo também reconhecível a dificuldade de acesso a mercados, de acesso a terra e financiamento, e mudanças principalmente devido ao aumento das atividades não agrícolas no rural, Graziano, 1997. Somada a outras questões, o dilema do desenvolvimento rural não pode ser resolvido mediante apenas a ação individual, potencializar e mobilizar ações coletivas torna-se um grande desafio para os moradores das áreas rurais.

Para Ramirez e Berdegú (2002) as estratégias de ação coletiva possuem três propósitos principais: 1 – oportunizar a entrada ou outra dimensão do bem-estar material imediato as comunidades; 2 – contribuir com as relações sociais dos grupos,



particularmente, proporcionando uma maior igualdade nas relações de poder, e 3 – possibilitar a reavaliação de políticas, em vista ao desenvolvimento, e fragilizar os processos de vulnerabilidade social.

Ainda segundo Ramirez e Berdegué (2002), a estes três propósitos principais podem se adicionar outros tipos de objetivos da ação coletiva: a) potencializar as capacidades dos indivíduos (capital humano); b) fortalecimento organizacional; c) construção de redes e alianças sociais; d) aprofundamento de normas e valores (tais como a solidariedade, reciprocidade, e confiança) que colaborem com a busca do bem estar comum (capital social).

Sobre o desenvolvimento de ações coletivas, principalmente as realizadas em regiões pobres em áreas rurais, na grande maioria das vezes, elas estão sendo acompanhadas, quando não “protagonizadas” por instituições externas a comunidade. É importante percebermos a emergência de novos atores sociais junto as comunidades rurais, os quais se configuram através da atuação das Organizações Não governamentais, muitas delas criadas como braço de muitos movimentos sociais, inseridas no que tradicionalmente é identificado de terceiro setor.

É ainda importante compreendermos que as políticas e projetos de apoio a ação coletiva desenvolvidas por agentes externos, não transferem automaticamente capital social e capital humano aos grupos envolvidos em ação coletiva, Ramirez e Berdegué (2002). Para desenvolver potencializar essas ações, é necessário facilitar e consolidar processos de *“aprendizagem social, através dos quais os grupos, comunidades ou organizações rurais desenvolvam progressivamente os seus capitais humanos e sociais”* (Ramirez e Berdegué, 2002, p. 3).

Outra questão pertinente é que, somente a ação coletiva não possibilita a resolução de problemas nas relações de poder no interior dos grupos que delas fazem uso. Em alguns casos, a ação coletiva pode criar discrepâncias e aumentar a desigualdades entre os seus membros, logo que aquelas que dispõem de determinados recursos largam na frente, tendo melhores e maiores benefícios, destacamos os líderes da associação, os representantes da comunidade, os mais dispostos e disponíveis a participar de reuniões, atividades e projetos que tragam ganho para a comunidade.



Há estudos apontando que para o bom êxito e desenvolvimento de políticas e projetos de ação coletiva sejam necessários, que o “lugar” tenha, uma base histórica e cultural forte, alicerçada em uma tradição cívica de participação e engajamento comunitário (Putnam, 2002). Segundo essas premissas a mobilização de recursos calcados em uma base sócio-comunitária vão ser decisivos para o sucesso das ações coletivas.

Outras perspectivas teóricas afirmam o contrário, que isto não é uma condição necessária, defendendo que o sucesso de ações coletivas não pode se limitar a uma suposta tradição sociocultural de engajamento e participação, inerente a determinados povos, e sim a capacidade de criação e mobilização de recursos que potencializem as ações desenvolvidas pelos atores sociais envolvidos em ação coletiva, Abu-El-Haj, 1999.

Um dos dilemas da ação coletiva preconiza que em muitos momentos é mais racional não cooperar, pois quem garante que o outro fará o mesmo, Marcu Olson, 1999. Na resolução desta afirmativa é necessário, entender o papel que as instituições desempenham em propiciar informação e confiança aos grupos envolvidos. Isso é transfigurado sob o tecido social, através de normas de reciprocidade e de um sistema de relações de cooperação, configura-se assim a existência do que costumeiramente chamamos de capital social.

Para Bourdieu (2003) capital social é algo relacionado à existência de redes de sociabilidade potencializada pela habilidade e disposição dos sujeitos que compartilham por ventura os êxitos e insucessos das ações por eles protagonizadas, essa abordagem difere da apontada por Putnam (1996). Para este último capital social é entendido como “interação recíproca na comunidade”, e o resultado desse processo de interação seria sempre algo benéfico tanto para o indivíduo quanto para o grupo.

O pressuposto básico a esse debate é o de que capital social é gerado por redes de confiança. O conceito de rede social tem sido bastante utilizado para a compreensão dos processos de sociabilidade. Os trabalhos de neo institucionalistas como Robert Putnam e Peter Evans trouxeram à tona o debate em torno do papel das instituições na mobilização das ações coletivas, Abu-El-haj, 1999.



Putnam (1996) discute o conceito de capital social, através de uma perspectiva culturalista, onde o elemento cultural torna-se fundamental para a existência de laços de confiança e reciprocidades de um grupo. A cultura política e a história, nesta visão, passam a determinar a existência ou não daquilo que o autor irá chamar de “associativismo horizontal”, o qual configura-se enquanto base do engajamento para formação denominada “comunidade cívica”.

Putnam (1996) coloca a importância do Capital social, para mensurar “desempenho institucional” e para analisar a construção de contextos regionais de desenvolvimento, marcados por fortes diferenças históricas e culturais. Capital social é entendido como: estoque de participação, cooperação e solidariedade existente em uma comunidade, algo acumulado ao longo da história de determinada região, sendo inerente a algumas sociedades.

Essa abordagem prega que as instituições são influenciadas pelo contexto social em que elas estão inseridas, as diferenças existentes nas regiões da Itália, estudadas por Putnam (1996), entre o norte próspero e desenvolvido, e o sul pobre e atrasado se concentra na construção de contextos históricos diferenciados. As reflexões sobre a existência de capital social em uma dimensão sócio-histórica nos induzem ao seguinte questionamento: Sociedades que não tenham uma tradição de civismo, dentro dos citados pelo autor, nunca se desenvolverão do ponto de vista econômico e social e estariam condicionadas a serem pobres e atrasadas?

É consenso que confiança é potencializada através do exercício da participação em associações. Porém, o próprio Putnam (1996) afirma que as associações de relações verticalizadas, não geram capital social, pelo fato desse tipo de relação possibilitar a reprodução de velhas práticas políticas, como clientelismo, e conseqüentemente não conseguir apresentar resoluções aos dilemas da ação coletiva. A passagem da confiança pessoal para uma confiança social entre os indivíduos, constitui uma face problemática e desafiadora desta difícil reflexão.

Para a concepção neo-institucionalista Abu-El-Haj (1999) destaca que a ação coletiva pode ser trabalhada por agentes externos a comunidade, potencializando essas ações no sentido de desenvolver e fortalecer laços de cooperação e participação no interior dos grupos envolvidos.



Lima (2001) recupera Tendler (1998), e cita como exemplo de mobilização ou construção de capital social, a experiência da política dos agentes comunitários de saúde, implementada pelo Governo do Estado do Ceará nos anos 1990. A política dos agentes de saúde conseguiu se destacar, enquanto instrumento de ação coletiva voltado para o interesse público:

Os agentes eram mulheres em sua maioria, sem nenhuma experiência na área de saúde, e que eram selecionadas nos seus municípios de residência, uma vez que o programa pressupunha um conhecimento e atuação própria na comunidade de origem do agente. A contratação por mérito e a não a tradicional indicação clientelista; treinamento e atualização contínua e valorização da atividade através da propaganda governamental; utilização de trabalhadores da própria comunidade fortalecendo o estabelecimento de relações de confiança entre os agentes e os moradores(...) resultou em um controle comunitário. (TENDLER apud LIMA, 2001, p. 9).

O estudo feito por Tendler (1998) ainda mostra que o trabalho de mobilização e sensibilização em torno das comunidades, conscientizando a população em relação a seus direitos, propiciou a recuperação de um capital social baseado na cooperação e na confiança reprimido durante décadas de clientelismo. A compreensão assumida em nosso trabalho, em relação a abordagem dada a natureza da ação coletiva sobre a ótica do capital social, trata-se de evitar os excessos, quanto as possibilidades, muitas vezes, defendidas como ilimitadas desses conceitos.

Projetos de Extensão universitária fundadas em ações de intervivência, como o desenvolvido no Assentamento Mandacaru, servem para pensarmos os limites e possibilidades das propostas de intervenção junto a comunidades pobres, reavaliarmos procedimentos e conceitos, que a partir da conhecimento empírico produzido com e por essas populações nos oportunize ressignificar os rumos e iniciativas de ação coletiva com bases na compreensão do conceito de capital social.

Considerações finais

Nossa intenção no presente trabalho foi o de colaborar, através de uma discussão teórica, com as ações do Projeto de Intervivência idealizado pelo Núcleo Temático Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, da Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF. Nesse sentido é valioso e salutar a importância da



revisitação de temas e conceitos caros aos estudos sobre a realidade rural no Brasil. De forma sistemática reunimos algumas das reflexões de autores, que dedicaram muito de seus esforços acadêmicos a compreensão dos temas, aqui por nós elencados e considerados cruciais ao amadurecimento dos processos de intervenção em áreas rurais.

Aproximar a teoria da prática, ou vice versa, é o desafio que se impõe a pesquisadores e extensionistas. O exercício de ir campo, do contato com o empírico faz com que nos debruçemos sobre nossas inquietações teóricas mais intrínsecas. A problematização da realidade é algo fundamental ao cientista social, as experiências acumuladas na academia, através de trabalhos em comunidades, particularmente, em áreas rurais, possibilita o contato direto com novas formas de saber e muitas vezes com uma cultura particular.

A proposta de integrar ensino, pesquisa e extensão em um projeto de intervivência universidade/comunidade, possibilita a academia cumprir a amplitude de seu papel institucional mais instigante, que é produzir conhecimento. A formação de alunos e professores ganha uma dimensão multifacetária, onde o conhecimento é trabalhado em sua forma mais dinâmica, através da sinergia teoria/prática.

Através das ações de intervivência, também é oportunizado aos grupos de pesquisa o papel de coletar dados e informações valiosas a seus estudos e ao mesmo aperfeiçoar técnicas e procedimentos de análises. O trabalho de campo muitas vezes nos leva a rever hipóteses e a ressignificar pontos de vistas a partir da necessidade da adoção de conceitos, que consigam explicar ou contribuir para compreensão da realidade que nos é apresentada.

Enfim, além do fortalecimento acadêmico, a intervenção em comunidades rurais, a exemplo das áreas de assentamento, tem como resultado colaborar para o empoderamento do sujeito social envolvido em ação coletiva, para tanto é perseguido o seu auto-reconhecimento, enquanto cidadão portado de direitos. Fortalecer a construção e mobilização de recursos simbólicos como participação política, confiança e reciprocidade é uma oportunidade para que essas populações combatam a vulnerabilidade social que os afligem e conquistem sua emancipação social e econômica.



Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. O Capital social dos Territórios: Repensando o desenvolvimento rural. Disponível no site www.nead.org.br.

ABU-EL-HAJ, Jawdat. O Debate em torno do Capital Social: Um revisão crítica. In: ANPOCS: BIB – Revista brasileira de Informação bibliográfica em Ciências Sociais. Rio de Janeiro, 1999.

BAQUERO, Marcelo (org.). Raízes do Capital Social. In: _____. *Reiventando a sociedade na América Latina: Cultura Política, Gênero, Exclusão e Capital Social*. Porto Alegre: Editora Universitária, 2001.

COSTA, Andreia Linhares. Organização no Meio Rural: Analisando aspectos da ação coletiva em agricultores familiares de Lages/RN. Dissertação (Em Ciências Sociais), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2003.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade* (a era da informação: economia, sociedade e cultura; v.2). São Paulo, Paz e Terra, 2002.

CHAYANOV, A. *La organizacion de la unidad economica campesina*. Buenos Aires, Nueva vision, 1985.

GARCIA, A. R. *O Sul: Caminho do Roçado: Estratégia de reprodução camponesa e transformação social*, São Paulo/ Marco Zero, Brasília/ EDUnB, CNPq e MCT, 1989.

GALLIANO, A. Guilherme. Introdução à sociologia. São Paulo: HARBRA, 1986.

LIMA, Jacob Carlos. A teoria do Capital Social na Análise de Políticas Públicas. Revista Política e Trabalho, n. 17, 2001.

NEVES, Delma Pessanha. *A agricultura familiar e o coadjuvante quadro institucional*. In: Ensaio – Desenvolvimento rural e transformações na agricultura.. EMBRAPA, UFS, 2002.

PUTNAM, R. D. Comunidade e Democracia: a experiência da Itália Moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RAMIREZ, Eduardo; BERDEGUÉ, Julio. Ação Coletiva e Melhorias nas Condições de vida da América Latina. Disponível em: < www.fundominkachorvali.org >.